

## A “IMORALIDADE” DAS MULHERES NEGRAS E OS PARADOXOS DO PATRIARCADO - BRASIL SÉC. XIX

Adriana Dantas Reis\*

### Resumo

Um projeto elitista, inspirado no Iluminismo francês, pretendia construir uma nação civilizada nos trópicos que fosse capaz de conciliar civilização e escravidão. Esse modelo de nação para a Brasil manteve o patriarcado como referência das hierarquias de gênero, de modo que aquelas que os “homens de letras” chamavam de “belo sexo”, ou seja, as mulheres da aristocracia branca ou socialmente branca deveriam aprender padrões de comportamentos civilizados para a manutenção das relações escravistas dentro de suas casas, com o intuito de reduzir os conflitos e prepararem-se para a eminente extinção do tráfico e da escravidão. Mas, nem sempre o discurso patriarcal deu conta das complexas relações de poder estabelecidas entre senhores(as) e escravos(as). O discurso que trata da imoralidade das escravizadas, ao mesmo tempo em que estereotipava, criminalizava e hipersexualizava as mulheres negras, também revelava o incômodo que elas causavam para a família católica. O mesmo corpo que estava exposto a várias formas de violências, inferiorizado e estigmatizado também era capaz de expor os paradoxos do patriarcado e as inversões cotidianas forjadas por essas mulheres.

**Palavras - chave:** escravidão; mulheres negras; civilização; imoralidade; patriarcado.

### Abstract

An elitist project, inspired by the French Enlightenment, sought to build a civilized nation in the tropics that would reconcile civilization and slavery. This model of nation for Brazil maintained patriarchy as a reference of gender hierarchies, so that those that the "men of letters" called "beautiful sex", that is, women of white or socially white aristocracy should learn patterns of civilized behaviors for the maintenance of slave relations within their homes, in order to reduce conflicts and prepare for the eminent extinction of trafficking and slavery. But the patriarchal discourse has not always revealed the complex power relations established between masters and slaves. The discourse that deals with the immorality of the enslaved, while stereotyping, criminalizing, and hypersexualizing black women, also revealed the nuisance they inflicted on the Catholic family. The same body that was exposed to various forms of violence, inferior and stigmatized, was also capable of exposing the paradoxes of patriarchy and the daily inversions forged by these women.

**Keywords:** slavery; black women; civilization; immorality; patriarchy

---

\* Professora Adjunta B da Universidade Estadual de Feira de Santana

Este artigo revisita a minha pesquisa de mestrado que discute as representações dos homens de letras sobre a educação das mulheres da elite, incluindo os discursos sobre as mulheres negras e escravizadas, tema que abordei superficialmente no texto “Malvadas ou redentoras” (REIS, 2000; REIS, 2002). O objetivo é refletir sobre os lugares estabelecidos para as mulheres negras escravizadas como imorais e as mulheres brancas da elite como donas de casa, no projeto de construção de uma nação civilizada, discursos que exclui e criminaliza as mulheres negras escravizadas e invisibiliza a sua potência de inversões cotidianas nas relações de poder, uma temática que merece ainda pesquisas de fôlego, apesar dos muitos trabalhos produzidos nas últimas décadas, sobre mulheres escravizadas, africanas, domésticas e maternidade no século XIX (XAVIER; BARRETO; GOMES, 2012; GIACOMINI, 1988; SOARES, 2007; SILVA, 2011; SILVA, 2016).

Os debates travados pela elite política no Brasil pós-Independência pretendiam construir uma nação civilizada nos trópicos, projeto inspirado no Iluminismo francês, mas que entendia a civilização como a “face complementar da escravidão” (MATTOS, 1994, p.191), um mal necessário (MATTOS, 1994; CARVALHO, 1996; PENNA, 1996; MARQUESE, 1999). Influenciados pela eminente extinção do tráfico e pelos movimentos de resistência escrava, manuais pretendiam ensinar formas de “amenizar” as relações escravistas, lançando mão de teorias mais racionais para o governo dos escravizados<sup>1</sup>. Além dos temas já consagrados pelos

manuais jesuítas de século anterior, como as necessidades de melhorias com alimentação, vestuário, moradia, saúde, trabalho e disciplina, aparece com mais evidência o problema da reprodução<sup>2</sup>. Um dos mais importantes manuais sobre administração de escravos foi o de Carlos Augusto Taunay, um francês radicado no Brasil. No seu livro *O manual do Agricultor Brasileiro*, de 1837, reconhecia que a escravidão era “uma violação do direito natural” (TAUNAY, 2001, p.50), mas enfatizava a necessidade da reprodução, defendendo o patrocínio do casamento entre os escravos e o bom tratamento das escravas grávidas e recém paridas, além das práticas compensatórias, como o acesso a terra (MARQUESE, 1999).

Esses manuais privilegiavam a administração das grandes lavouras, e como era de se esperar, o comando de mulheres sobre escravizados não está incluído, pois a administração escravista voltada para a agricultura de exportação era por princípio, patriarcal, ainda que muitas mulheres tenham exercido essa função, como veremos. Quanto aos escravizados, algumas poucas distinções foram propostas na divisão sexual do trabalho, principalmente a preocupação com a reprodução, reflexo da crise do tráfico. Também procuravam garantir a soberania doméstica do domínio do senhor sobre todos seus dependentes, incluindo as mulheres. Outras publicações, que difundiam os novos modelos de comportamento, a literatura, os periódicos, os manuais de boas maneiras e de educação, entre outros, conciliavam o modelo iluminista rousseauiano com a moral cristã, e defendiam uma educação que deveria direcionar as mulheres ao seu destino natural: casarem-se e tornarem-se mães dedicadas, esposas exemplares e boas administradoras do lar (REIS, 2000). É nesse espaço, da casa, que surge a preocupação com o governo das mulheres brancas da elite brasileira sobre os escravizados.

A representação das mulheres, como se sabe, estivesse ela amparada nas lições de Santo Agostinho ou em Rousseau, era perpassada pelo destino “natural” de

---

1 O governo dos escravos foi em terra largamente difundido pelo Estado e por proprietários em tratados agrícolas escritos desde o século XVII, seja nas Antilhas inglesas e francesas, na América Portuguesa e Espanhola ou nos Estados Unidos da América. O historiador Rafael de Bivar Marquese divide esses escritos em dois: os influenciados pela “teoria cristã seiscentista do governo dos escravos, calcada nas convenções intelectuais da literatura grega sobre a oikonomia, dos tratados romanos de agricultura e do discurso bíblico das obrigações recíprocas”, apresentados por missionários europeus no Novo Mundo (jesuítas, dominicanos, anglicanos); e a vertente de produção dos letrados a partir da segunda metade do século XVIII e o século XIX, influenciados pelos “quadros mentais da Ilustração”. Esses manuais representavam verdadeiras defesas da instituição escravista e propunham uma gestão no sentido de “aumentar a produtividade do trabalho escravo, com vistas a incrementar suas unidades produtivas conectadas ao mercado mundial”. Marquese, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores,*

---

*letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp.13-14.

2 Nos séculos XVII Antonil e no XVIII Benci já havia tratado sobre as necessidades de melhorar alimentação, vestuário, moradias.

casar e ter filhos. Nos discursos do século XIX, o controle das casas é um dos temas mais recorrentes, percebe-se, através deles o quanto a “economia da casa” estava longe de ser exemplar. Os médicos utilizam argumentos higiênicos e morais na defesa de padrões civilizados no interior das casas. Como afirma Freire Costa, eles “empenharam-se em construir a *casa higiênica*”, criticando duramente a habitação antiga, vista como “insalubre e doentia, pois mantinha uma arquitetura fechada, impermeável ao exterior, elaboradas para responder ao medo dos *maus ares, ventos e miasmas*” (Apud, REIS, 2000, p. 116). Dr. José Lino Coutinho, um médico e político baiano, também chamava atenção para a necessidade de mudança na educação das mulheres brasileiras considerada por ele “má e rotineira”.

Para que Cora, filha do Dr. Lino Coutinho fosse uma representante da “gente bem nascida e educada” deveria conservar a sua casa sempre limpa, “asseada e arranjada, com seus móveis e utensílios sempre inteiros; a mesa, ainda quando frugal e parca, deveria ser asseada”. Sua cama, apesar de não ser “patente ao mundo”, não deveria ser desprezada,

para sua intimidade; todos os dias deveriam ser cômoda e honestamente arranjados, bem como o gabinete, porque da inspeção e exame de semelhantes coisas se ajuíza da *capacidade de dona de casa, e do desempenho de seus deveres* (REIS, 2000, p. 190, grifos nossos)

Cora também deveria ser prevenida de uma possível pobreza e miséria, e para que nos momentos de dificuldade conservasse sua moral era conveniente que uma mãe de família, mesmo rica, aprendesse todos os trabalhos necessários em uma casa, a que ele chamava de “indústria doméstica”. Ela deveria aprender a “manejar uma agulha, a fazer bailar um fuso, a conduzir um ferro de engomar, e a fazer sua cozinha”, e disso “nenhum pejo ou vergonha deveria ter” (REIS, 2000, p.173). Penso que a pobreza e a miséria que se refere Coutinho significavam, entre outras coisas, a perda dos escravizados, por isso a necessidade de saber as tarefas domésticas.

As casas da Bahia e o comportamento dos baianos à mesa foram alvos de críticas de muitos viajantes, demonstrado que as casas da elite local não tinham qualquer administração por parte das senhoras, mesmo repletas de escravizadas(os). Maria Graham, ao passar

por Salvador, em 1821, descreveu as casas como “repugnantemente sujas”.

O andar térreo se constituía de celas para os escravos, cavalariças, etc., as escadas eram estreitas e escuras e, em mais de uma casa, esperou numa passagem, enquanto os criados corriam a abrir portas e janelas das salas de visitas cobertas de teia, e a chamar as patroas que gozavam os trajes caseiros em quartos, além do que, os criados tinham que transportar pratos de açúcar, mandioca e outras provisões, que tinham sido colocadas nas melhores salas para secar (Apud, REIS, 2000, p. 26)

Lindley, no início do século XIX, chocou-se com a maneira como os baianos portavam-se à mesa, comendo com as mãos, um costume que considerou “bárbaro e desasseado” (REIS, 2000, p. 28). Tollenare espantou-se com o fato de habitualmente não se colocar a mesa, mas “nos dias de festas, as mesas regurgitam de iguarias em profusão repugnante” (REIS, 2000, p. 29).

Em outras províncias, viajantes tiveram impressões semelhantes. Mawe, no sul, “encontrou idêntica precariedade na higiene da cozinha, dependência, que segundo ele deveria ser a “mais limpa e asseada da habitação”” (Apud COSTA, 2000, p.126). No Rio de Janeiro, Luccock em 1816 descreve a cozinha do convento de São Bento, como “extraordinariamente suja” e tudo lhe parecia “invariavelmente repugnante” (Apud COSTA, 2000, Idem.). E também condenava a reclusão e os “hábitos preguiçosos e violentos” das senhoras, transgredindo atos de “uma santa mulher”, mas para ele a “indolência dessas mulheres, em resultado da ampla disponibilidade do trabalho escravo, [...] por sua repetição durante tanto tempo, acabaria por contribuir com a invisibilidade de tantas e penosas tarefas domésticas a cargo das senhoras”<sup>3</sup> (Apud COSTA, 2000, p.60).

O Atheneo, periódico da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1849, criticava a ausência de um sistema regular para a construção das casas. Ressaltava a preocupação com a saúde da família e estabelecia alguns critérios para uma casa higienicamente ideal. Os quartos de dormir deveriam ser espaçosos e conservarem-se asseados e sem fendas em suas portas ou janelas, as cozinhas, em sua maioria, muito “nojentas e pequenas”, deveriam transformar-se no “luxo da casa”, com suas paredes bem alvas, o chão e

3 Suely Costa também chama atenção para as transformações da gestualidade feminina nas práticas escravistas no âmbito doméstico no Rio de Janeiro.

os utensílios limpíssimos e com armazenamento de água em quantidade (*Apud*, REIS, 2000, p. 117).

Na literatura romântica brasileira, do século XIX, principalmente José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, como afirma Suely Costa, também representavam expressões de “materiais invisíveis com que se teciam, na vida doméstica, os processos civilizadores de então com a projeção de imagens de uma *nova* mulher”. José de Alencar em *O tronco do Ipê*, segundo Costa, “projetou tensões entre certos estados passados de consciência e a marcha das mudanças de tradicionais padrões de domesticidade”. “Alice sua heroína rural, fora concebida de modo a esmaecer a presença da mãe e das avós na transmissão de tradições do passado recente, como se fosse órfã”, representando uma ruptura com o passado. Em Joaquim Manuel de Macedo *A moreninha*, uma heroína urbana “criada nos arredores dessa mesma época, virtualmente, era órfã. Sua avó cuidava dela, com alguma distância. Tivera uma ama, Paula, chamada por ela de mãe” (COSTA, 1996, p. 365).

Esses romancistas, influenciados pelas *idéias do século*<sup>4</sup>, assim como Dr. Lino Coutinho e tantos outros, estabeleciam uma descontinuidade com as imagens de determinadas mulheres e difundiam novos modelos de comportamento. Para eles existiam dois padrões de civilização, um que chamavam de *falsa civilização*, aquela das festas, bailes, salões, moda, muito criticado por padres, médicos e políticos, e a *verdadeira civilização*, na qual as mulheres da elite deveriam ser letradas, aptas a participarem de reuniões públicas, mas, principalmente tornarem-se boas esposas, donas de casa e mães de família (REIS, 2000, p.81-112). José de Alencar diferencia esses dois modelos nas personagens Alice e Adélia, em *O Tronco do Ipê*. Comparando a educação de Alice e Adélia, o autor constrói um modelo para a mulher brasileira. Alice era “a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa” (*Apud*, COSTA, 1996, p. 367). Diz Alencar:

A civilização européia já tinha, é certo, polido esse tipo nacional; mas não lhe desvanecera a originalidade. Alice, embora adquirisse todas as prendas de sala, que a teriam distinguido em uma sociedade elegante, não deixava por isso de apreciar em extremo o papel de doninha de casa, que a indiferença materna permitiu exercer desde muito criança. Adélia, ao contrário, era o tipo raro, então e hoje muito comum, de certos *costumes de importação*; era a mocinha de maneiras *arrebicadas à francesa*, cuidando unicamente de *modas e do toucador*. Nisso a filha de D. Luisa não fizera mais do que apurar a lição e exemplo de sua mãe.

Aconselhava as suas leitoras:

Mal sabem as meninas brasileiras que esse figurino parisiense tão copiado por elas, está bem longe de ser um retrato. A donzela na Europa, quando não tem posses para viver à lei da grandeza, é laboriosa e sobretudo excelente caseira. Ela sabe conciliar sua formosura e elegância com os pequenos misteres domésticos, que, em vez de ofuscarem suas maneiras, lhes dão realce<sup>5</sup> (ALENCAR, s/d, p.195. grifos nossos)

O perfil verdadeiro e natural de mulher brasileira era o de Alice que, em uma cena diversa e com usos diferentes, realizava o mesmo pensamento de educação útil e sólida da moça na Europa. Era preciso ver a gentileza com que a menina desempenhava todos os deveres de dona de casa, e se ocupava dos mais humildes serviços sem nunca perder aquela “graça maviosa que sorria em toda sua pessoa”, mantendo uma convivência cordial com as escravizadas na cozinha, e de uma forma geral, era amada e venerada por todos eles.

Os “homens de letras” pretendiam transformar as senhoras da elite em exímias gestoras do lar, e além das preocupações com as atividades manuais e o asseio das casas estava implícito ou explícito, “o mal necessário”, ou seja, como deveriam governar suas posses de escravizados à maneira civilizada.

Como já fartamente demonstrado pela historiografia, as principais cidades no Brasil do século XIX, funcionavam, principalmente, graças à mão-de-obra escravizada (DIAS, 1984; ALGRANTI, 1988; ANDRADE, 1988; MATTOSO, 1992; CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2003; REIS, 2003). Impossível era pensar o cumprimento das tarefas domésticas sem cativos. Em Salvador, uma infinidade de pequenos negociantes, especialistas em comprarem e venderem escravizados, os anunciava para aluguel e venda, em

4 “Idéias do século” era como se referiam periódicos, médicos, políticos e eclesiásticos da época as influências francesas, iluministas, nos novos padrões de comportamento dos brasileiros. Também representava a civilização.

5 Parece que essas regras não ficaram restritas a elite. O núcleo dos libertos do romance *O tronco do Ipê*, Pai Benedito e tia Chica, além de não possuírem filhos, são também altamente educados e asseados. José de Alencar não deixa de descrever a alvura dos pratos e a limpeza da casa humilde doado pelo seu senhorzinho

rifas e leilões, ou reclamavam suas fugas. Por isso, é impossível não tratar do governo dos escravizados na educação de mulheres e seus deveres de donas de casa<sup>6</sup>. As críticas às mulheres mal preparadas para as funções domésticas era uma tentativa de resolver não apenas o problema da administração das casas e dos escravizados à maneira civilizada, mas também de reduzir os conflitos entre senhoras(es) e escravizados(as) na esfera privada, e prepará-las possivelmente, para o processo em curso do fim do tráfico e o futuro da escravidão no Brasil.

Mas, não parece ter sido comum e fácil para as mulheres brancas ou socialmente brancas da elite brasileira tornar-se prendadas em afazeres domésticos. No Correio Mercantil, um artigo analisando as *Cartas sobre a educação de Cora*, publicadas em Salvador em 1849, dizia que as mulheres que lessem as Cartas fariam “cara de zangada” ao se depararem com as propostas de educação da mulher doméstica, discordariam da necessidade de aprenderem trabalhos manuais, que eram considerados degradantes (REIS, 2000, p.225).

A preocupação com as tarefas domésticas e a dificuldade em exercê-las sem os escravizados aparecem também logo no período pós-abolição. Segundo Walter Fraga, em 1889, em Santo Amaro, o Barão Vila Viçosa “deplorou o dia em que “mães qualificadas (leia-se, mulheres brancas e damas das casas-grandes) foram obrigadas a ir a cozinha, e crianças ficaram sem amamentação” (FRAGA FILHO, 2006, p. 134). Fraga também cita Ana Bittencourt que no seu romance *Letícia*, de 1908, refere-se à dificuldade em lidar com os criados após a abolição, sempre rebeldes ou ausentes Dona Henriqueta, uma

das personagens agora era obrigada a preparar, ela mesma, o jantar. Sobre isso lamentava:

‘Que jeito tenho eu senão fazer tudo!’ Eurico, esposo de Letícia, observou com ironia que não devia queixar-se da abolição; os escravos não lhe faziam falta. ‘É porque você não está no meu lugar! Tornou D. Henriqueta. Não são somente as faltas; os desaforos, os insultos!’

A personagem principal, Letícia, também afirmava:

“[...] É preciso algum tino e tática para obter dos ex-escravos algum serviço. É isto que falta a minha tia [dona Henriqueta]. Se demorarem aqui mais dias, verão que é preciso o meu concurso nas mais insignificantes cousas do governo da casa. Ela coitada! Chora, se desespera, eles [ex-escravos] fazem-lhe as maiores pirraças. [...] Eu conservo sobre essa gente alguma força moral, do que até me admiro; verão como me obedecem” (FRAGA FILHO, 2006, p.136-137).

Anna Bittencourt, filha de grande proprietário de terras e escravizados, criada no recôncavo baiano, as suas memórias escritas no final do século XIX início do XX, estão impregnadas pelo modelo de dona de casa ideal, aparecem muitas mulheres ativas nos afazeres domésticos e que até disputavam entre si o título de excelentes administradoras do lar (BITTENCOURT, 1992).

Portanto, o desespero de D. Henriqueta em lidar com os criados livres parece confirmar a preocupação de José de Alencar, Lino Coutinho, entre outros, sobre a preparação das mulheres da elite para a tarefa de gestoras da casa em um contexto de muitas mudanças nas relações escravistas. Letícia, jovem e talvez herdeira desses novos aprendizados, tinha facilidade e conhecia as *táticas* necessárias para lidar com os criados mais do que sua tia, impregnada pelos antigos padrões de comando.

Todas as mulheres na Bahia do século XIX, fossem brancas, pobres, livres, libertas, africanas, pardas, crioulas, cabras, etc., pequenas ou grandes proprietárias, todas, ou estavam na condição de escravizadas ou lidavam cotidianamente com escravizadas(os) e estavam envolvidas no “emaranhado de situações sócio-raciais” (REIS, 2003, P.23). Foram essas relações de poder, principalmente entre mulheres, que preocuparam alguns defensores do projeto de nação civilizada. Enquanto perdurasse o “mal necessário”, as mulheres deveriam aprender uma forma mais civilizada de gerir suas posses de escravizadas(os). É lógico que os “homens das letras” não estavam preocupados com as pequenas e médias

6 As senhoras das casas-grandes no sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil também passaram por processo semelhante. Na disputa entre Norte abolicionista e sul escravista, os defensores da escravidão chamavam atenção para a necessidade das mulheres serem educadas para as atividades domésticas. Clinton revela que as senhoras eram responsáveis por intensos trabalhos diários na administração das suas casas e escravos. Fox-Genovese, apesar de também falar da autoridade das senhoras enfatiza muito mais a atividade das escravas que dominavam as tarefas ligadas a cozinha e o cuidado com as crianças. Ver: Clinton, Catherine. *The Plantation Mistress. Woman’s world in the south*. Pantheon Books, New York, 1982. Pp.16-35; FOX-genovese, Elizabeth. *Within the Plantation Household, Black and White Women of the Old South*. North Carolina. University of North Carolina Press, 1988.p.146-191.

proprietárias, não incluíam as pardas, africanas, crioulas, cabras, etc. em seus projetos, eles se referiam às mulheres brancas ou socialmente brancas da elite brasileira, as únicas capazes de representar uma nação civilizada. Lino Coutinho, um proprietário de escravizados que lamentava a existência da escravidão no Brasil, aconselhava Cora sobre a diferença entre mulheres e homens e suas relações com os escravos. Dizia que

da família de quem sois a natural governante, visto que o homem por sua educação, e mesmo talvez, por sua índole não é próprio para o trabalho doméstico; e já que por *nossa desgraça*, nos vemos na *necessidade de ter escravos*, convém muito que com eles vos mostreis *humana e caridosa*, ainda que senhora respeitada e obedecida. (Apud, REIS, 2000, p. 161, grifos nossos)

Explicava que os escravos eram rebeldes, “talvez por sua miserável condição, por isso serviam ordinariamente mal e não cuidavam, como deviam de suas obrigações”. Aconselhava então a sua filha a educá-los quando pequenos e boçais, pois “uma continuada vigilância, e hábito de fazerem as coisas” poderia torná-los, algumas vezes, “sofríveis, e mesmo bons”. Lino Coutinho também condenava, como outros, a utilização dos castigos corporais como formas de punição dos escravos. Para ele esses castigos

que prodigamente lhes infligem alguns bárbaros senhores em vez de aproveitarem, ao contrário só servem de os fazerem indolentes e ruins: e nada é mais feio, aos olhos da razão e do sentimento, do que ver o *belo sexo em cujo coração só deve reinar a paz e a humanidade, armado de instrumentos cruéis e despedaçadores para flagelar seus escravos* (Apud, REIS, 2000, Idem, grifos nossos)

O editor das *Cartas sobre a educação de Cora*, Gualberto Passos, concordava com Lino Coutinho acerca do tratamento que as mulheres deveriam dar aos escravizados. Para ele, era repugnante ver escravos maltratados por suas senhoras,

a quem, aliás, só cabem a docilidade, a brandura, a mansidão, e a clemência, atributos morais de seu sexo encantador. (...) a força posta por Deus nos braços do homem está nos lábios e nos olhos da mulher: nunca preponderam nossa inclinação para essas mulheres-homens: nunca despertou nosso entusiasmo nenhuma dessas heroínas que tiram descendência das guerreiras Amazonas, e que sendo exceções raras do seu sexo, são por isso mesmo *aberrações dos fins e das leis da natureza* (Apud, REIS, 2000, p. 163, grifos nossos)

O Dr. Coutinho também aconselhou sua filha sobre como punir escravos ao modo feminino e civilizado. Recomendava:

longe de vós minha Cora, semelhante desembaraço e ousadia, que é só própria do homem [os castigos corporais](...), castigai-vos com

penas morais, do que físicas, como seja, por exemplo, a privação do vosso agasalho, a diminuição da comida e vestuário, o aumento do trabalho, e por fim a prisão em quartos fechados, ou no tronco, principalmente se embebedaram, porque quase todos são inclinados para semelhante vício; e quando ainda assim se não queiram emendar, e se façam ao contrário, criminosos e incorrigíveis, vosso marido que se avenha com eles, e que os venda (Apud, REIS, 2000, p. 164, grifos nossos)

Leopoldo César Burlamaque, um fazendeiro fluminense, em 1837, também, reportando-se aos “males da escravidão doméstica”, observava a “conduta do belo sexo”

que parece ter por apanágio em toda a parte a doçura e a caridade, tal é o efeito do hábito que a tirania a mais constante talvez a mais insuportável, por ser doméstica e contínua, se manifesta entre as mulheres possuidoras de escravos. Suas mãos delicadas se prestam aos castigos mais fortes, e quando as forças lhes não chegam, com lágrimas pedem o auxílio de quem possa melhor fazer sentir aos infelizes os efeitos de seus caprichos (Apud COSTA, 2000, p. 62)

Os maus tratos de senhoras contra seus escravizados, sobretudo escravizadas, são também perceptíveis em relatos de viajantes. Maria Graham manifesta impressões negativas ao descrever os maus tratos de uma senhora sobre sua escrava:

[...] uma mulher branca, ou antes um demônio, surrando uma pobre negra e torcendo seus braços cruelmente enquanto a pobre criatura gritava angustiadamente, até que nossos homens interferiram. Bom Deus! Como pode existir este tráfico e estes hábitos de escravidão! (Apud COSTA, 2000, p. 61)

Gilberto Freyre, a partir de relatos de viajantes, afirma que o fato das mulheres não ter contatos com o mundo que modificassem nelas, como nos rapazes, o “senso pervertido das relações humanas” e sem outra perspectiva que da senzala vista da varanda da casa-grande, conservavam muitas vezes as senhoras o mesmo domínio malvado sobre as mucamas que na infância sobre as negrinhas suas companheiras de brinquedo (FREYRE, s/d, p.357). Tomando como referência relatos de Koster, Fletcher e Kidder, do início e de meados do século XIX, atribuiu às senhoras brasileiras, uma fala estridente e desagradável, com o hábito de falarem alto e sempre aos gritos dando ordens às escravas, além dos maus tratos, como veremos a seguir.

As escravizadas e libertas, principalmente africanas, tinham intensa atuação no pequeno comércio urbano, no entanto, uma de suas principais atividades era dentro das casas, sendo que uma atividade não excluía a outra (CARVALHO, 2003; GRAHAM, 1992; SOARES, 2007; SOARES, 1996; SILVA, 2011;

SILVA, 2016). O poder das senhoras, em pequenas ou grandes posses de escravizados, com raras exceções, era exercido sobre domésticas, e o fato de serem do mesmo gênero, nem sempre significou relações solidárias, humanas e amigáveis como as descritas por Anna Bittencourt, afinal o gênero estava eivado por outros critérios de condição social e de cor. E para os homens brancos letrados que pensavam e narravam novos rumos e identidades para o Brasil, governar mulheres escravizadas exigia, além da disciplina do tempo e do trabalho, o controle de seus corpos e de sua “imoralidade”. Se para os homens escravizados a ameaça maior estava na força física, as mulheres na mesma condição ameaçavam em outras esferas das relações de poder, as afetivo-sexuais.

Os “viajantes foram os grandes reveladores” dos corpos das escravas, como informa Rachel Soihet, são “pródigos em referências minuciosas, acerca da exposição dos corpos, especialmente de mulheres, repetindo-se em detalhes acerca do transbordamento de sua sensualidade” (SOHIET, 2003, p. 178). A autora percebe como em “tons de censura e estranhamento, muitos viajantes do século XIX descreviam a sensualidade e imoralidade das negras, principalmente nas danças”. Spix e Martius falam como as danças dos negros tinham se manifestado com “gestos e contornos sensuais”, ou da “pantomina desenfreada” e da “dança obscena”. Enquanto Expelly refere-se a “dança demoníaca”, ou “as formas sedutoras e o cheiro de suas axilas” (SOHIET, 2003, p. 179).

A presença de escravizadas em festas da família é descrita nas memórias de Anna Bittencourt. Segundo a autora, mesmo as do trabalho do campo, “raparigas bonitas, que se vestiam com certo luxo, à moda das crioulas baianas, dançavam primorosamente o lundu, enquanto as raparigas mais ousadas topavam até nos convidados mais graduados e nos próprios senhores que não se davam por ofendidos com esta liberdade” (BITTENCOURT, 1992, p.169).

Para Freyre, a sensualidade e beleza de muitas escravas levavam a disputas afetivas com suas senhoras, o ciúme em relação ao marido, representava o “rancor sexual, a rivalidade entre mulheres”. Por isso, diz ele, elas eram “mais cruéis que os senhores no tratamento dos escravos”. Cita casos de sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e

trazê-los à presença do marido à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Ou as baronesas já de idade que por “ciúme ou despeito”, mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos, e ainda outras que espatifavam o salto de botina nas dentaduras de escravas; ou mandava lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas (FREYRE, s/d, p.358). Freyre, sempre em busca da harmonia entre as raças em suas análises, exagera, e se esquece que as mulheres escravizadas eram as mais vulneráveis e não tinham o controle sobre seus corpos, pelo contrário, elas eram vítimas e resistiram aos diversos processos de violências que estavam submetidas.

Nas Cartas de Cora, o Dr. Coutinho também chamava atenção para a ameaça das escravizadas em relação às senhoras e sugere uma solução pacífica e civilizada para uma relação que por princípio já previa violência. Para ele:

*a imoralidade das escravas quer serviçais de rua, quer das que se conservam em casa, não pouco mortifica a uma senhora bem educada e virtuosa, e neste caso o melhor expediente é o de as casar logo com alguns dos vossos próprios escravos afim de as coibir, porque se fordes a vendê-las, como praticam algumas senhoras que conheço, nunca tereis quem vos sirva, visto que o tempo será pouco para as ensinar e instruir no serviço de casa, tendo logo que as vender, porque todas elas seguem a mesmíssima vereda (Apud, REIS, 2000, p. 193, grifos nossos)*

A prática de venda de escravizadas para livrar-se da sua *imoralidade*, a qual se refere Lino Coutinho, talvez seja uma das explicações para os anúncios de venda de escravas especificamente para fora da província. Em Salvador no ano de 1831, na Gazeta da Bahia, anunciavam: “vende-se por preço cômodo uma preta forra crioula *para fora da terra*, que sabe lavar, engomar, cozinhar, cozer e bordar, e fazer doces, cuja terá 20 anos pouco mais ou menos...” (BNRJ, *Gazeta da Bahia*, n.87, 1831, p.4, grifos nossos). O Mercantil de 1848, também anunciava: “Vende-se *para fora da terra uma escrava nagô*, moça, boa lavadeira, e de *bonita figura...*” (BNRJ, *O Mercantil*, n.177, 1848, p.4, grifos nossos). O Correio Mercantil de 1838, dizia: “Quem quiser comprar *para fora da terra uma parda moça*, com cria de 3 meses e várias habilidades, procurar à Manoel Martins da Silva, que dirá quem vende...” (BNRJ, *O Correio Mercantil*, n. 470, 1838, p. 3).

Em 1830, O imparcial Brasileiro, também anunciava a venda “para fora uma *preta cabinda que lava, e engoma liso*” (BNRJ, *O Imparcial Brasileiro*, n 77, 1830, p.4). O mais surpreendente de todos os anúncios é o seguinte: em 1838 o Correio Mercantil anunciava:

Antonio d’Oliveira Costa e C., tem ordem de vender um bom escravo, e uma escrava, *com a condição da escrava ser para fora da terra*; quem quiser os comprar dirija-se a rua nova do Commercio casas de Sicupira, 3º andar (BNRJ- Correio Mercantil, 25 de junho de 1838, p. 4)

Os motivos que levavam algumas(uns) proprietárias(os) a venderem escravizadas, crioulas ou africanas, para fora da província poderiam estar relacionados a ameaças sobre o controle afetivo-sexual das senhoras ou a necessidade de evitar escândalos familiares, pois as escravizadas são sempre jovens, muitas vezes com crias, e em alguns anúncios ressaltava-se a sua “boa aparência”. Muitos anúncios descrevem a beleza seja de homens ou de mulheres escravizadas(os) em fuga ou à venda. Essas características físicas poderiam “beneficiá-los” ou não, a depender das circunstâncias.

A propalada *imoralidade* das mulheres negras foi um discurso bastante difundido no século XIX, esse pretendia culpabilizar as mulheres negras por todas as formas de violações a que estavam expostas, um discurso cruel que estereotipava seus corpos e comportamentos. No entanto, a dinâmica das relações cotidianas proporcionava inversões desses discursos e paradoxalmente, algumas poucas crioulas, mulatas e africanas das Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco ou do Rio de Janeiro, puderam estabelecer relações duradouras e aparentemente bem-sucedidas, com alguns homens brancos remediados ou poderosos senhores patriarcais, em histórias muito comuns e conhecidas (FURTADO, 2003)<sup>7</sup>. Suas proles, algumas poucas reconhecidas e herdeiras, silenciavam suas cores, na tentativa de disfarçarem o passado escravo, colocando em xeque a definição da cor branca para proprietários do Brasil. Em alguns casos, forjam a

categoria social dos pardos, ou dos socialmente brancos, já que ocupam um lugar de qualidade não previsto nas composições dos senhores(as) de escravizados. Portanto, não era pura imaginação, ou excesso de moralismo e preconceito de cor a preocupação com a ameaça que as mulheres escravizadas podiam representar às famílias num momento em que se pretendia construir uma “nação civilizada”. Era necessário acabar com a infinidade de filhos mulatos ilegítimos que povoava o Brasil. E lógico, as mulheres negras foram, mais uma vez, criminalizadas nos discursos que atribuem a elas a culpa pelas violências sexuais das quais são vítimas, segundo eles, fruto de sua imoralidade. Isso não significa que essas mulheres não expressassem, de fato, uma cultura sexual com influências distintas da católica, e que a depender das circunstâncias pudessem manipulá-las.

Os corpos das mulheres escravizadas, reprodutoras em potencial, também foram alvos de projetos que pretendiam atingir maior produtividade e lucro. No Brasil, com os tratados de proibição do tráfico de escravos de 1830, a crise na reprodução da mão-de-obra escrava era ponto importante nos discursos sobre governo dos escravos. Taunay que como vimos, adotava o racionalismo aliado ao modelo cristão, fazia recomendações, aos senhores brasileiros, de como controlar os corpos das escravas. Defendia o incentivo a procriação entre elas através de regras relativas a alimento, vestimenta e habitação, tarefa diária, castigos, direção moral e religiosa e as relações entre os sexos (TAUNAY, 2001, p. 59-82). No entanto, ao contrário do que era definido para a gestão das mulheres sobre seus escravizados, Taunay, defendia certa tolerância à imoralidade. Talvez para não parecer tão rígido aos olhos dos senhores, e garantir o direito desses praticarem violências sobre suas escravizadas, dizia: “a respeito das uniões passageiras, devem elas ser inteiramente secretas e desconhecidas”, pois o que importava ao fazendeiro era “uma raça de trabalhadores robustos”, portanto ele deveria “fechar os olhos sobre tudo aquilo que o que não comprometa a decência e a disciplina” (TAUNAY, 2001, p. 79). Além disso, “casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a um trabalho moderado”, todo cuidado deveria ter com o

7 Sobre concubinato ver a trajetória de Chica da Silva em Júnia Furtado, principalmente páginas 55 e 103-112. Assim como Sheila Faria para o Rio de Janeiro, e Inês Oliveira para a Bahia, Júnia Furtado também encontra na região do Tejuco em Minas Gerais do século XVIII muitas mulheres forras que acumularam pecúlio, tiveram escravos, através da prática de vendas ou de concubinato, entre outras atividades. Na Bahia, analisamos a trajetória da família de Luzia jeje e seus filhos tidos com o capitão Manuel de Oliveira Barroso (REIS, 2010)

parto e a amamentação (TAUNAY, 2001, p. 80). O sonho de Taunay era que “uma nova geração, mais instruída, jeitosa, disciplinada e virtuosa do que a que veio da Costa, supri(sse) as faltas desta, e pouco a pouco a substitui(sse) inteiramente” (TAUNAY, 2001, p. 81).

Alguns autores de manuais para as Antilhas inglesas e francesas, no mesmo contexto da crise do tráfico nessas regiões, no século XVIII, também defendiam que os senhores estimulassem suas escravas a terem mais filhos e que em troca elas recebessem recompensas por cada filho concebido

pelo primeiro, ela deve ser dispensada da colheita de capim; pelo segundo, deve-se dar a ela um dia inteiro a mais que o restante da escravaria, a cada duas semanas; pelo terceiro, um dia toda semana; e assim progressivamente para cada criança adicional que ela fornecer (MARQUESE, 2004, p. 143).

Para o inglês Collins as grávidas também deveriam receber tratamentos especiais, as escravas com mais de sete meses deveriam ser deslocadas para serviços mais leves juntamente com crianças e inválidos até o parto. Já para os franceses Guisan e Poyen, “as escravas, assim que soubessem que estavam grávidas deveriam anunciar imediatamente seu estado ao feitor, e desse momento em diante não poderiam mais carregar fardos pesados”. Para evitar a elevada mortalidade infantil Collins propõe um programa de amamentação dos escravos e creches, disciplina e controle (MARQUESE, 2004, p. 143-144).

Por outro lado, as escravizadas também possuíam suas próprias estratégias possíveis para controle dos seus corpos, além dos abortos provocados ou acidentais em função dos trabalhos pesados, a esterilidade das africanas tornou-se uma preocupação nas Antilhas. Collins chamava atenção para “o comportamento libertino delas (africanas)” que não era “favorável à fertilidade” (MARQUESE, 2004, p. 143). No Brasil Sheila Faria também constata pouquíssima fertilidade das africanas minas no Rio de Janeiro e em São João Del Rei, a autora apresenta várias explicações para esse fenômeno, a principal delas a opção de não terem filhos (FARIA, 2004, p.186-192). Talvez essas africanas utilizassem as mesmas estratégias de “comportamento libertino” (que pode significar qualquer prática sexual considerada ilícita na época) daquelas que se refere Collins, ou pelo contrário, eram bastante catequizadas nas lições da mulher virtuosa

professadas pela Igreja católica, afinal algumas libertas e escravas eram membros de irmandades, e algumas professavam a fé católica, pelo menos aquelas que fizeram testamentos (OLIVEIRA, 1988, p. 75-105). O fato é que nos momentos de crise no abastecimento de mão-de-obra escrava o poder de reprodução dessas mulheres poderia tornar-se moeda de troca e de negociações. Mais uma vez, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que esse discurso propõe o controle dos corpos também poderia trazer às escravizadas certos “benefícios”.

Fossem da cidade ou do campo, esposas, filhas ou viúvas, todas as mulheres da elite de alguma forma lidavam e exerciam poder sobre escravizados. Algumas, inclusive, foram administradoras não apenas de escravizados domésticos, mas de grandes propriedades escravistas. Segundo Schwartz, em fins do século XVIII e início do XIX, alguns dos mais ricos proprietários de escravos no Recôncavo baiano eram mulheres, nessa região encontrou senhoras de engenho que, na condição de viúvas, assumiram a posição de administradoras especialmente em Santo Amaro e São Francisco do Conde (*Apud* REIS, 2000, p. 59).

Analisando as relações das senhoras da elite com as escravizadas do âmbito doméstico, percebemos que existiram outras variações de comportamento além das violências e maus tratos. As lembranças da vida no campo de Ana Bittencourt demonstram, por exemplo, relações bastante próximas entre sua mãe e as escravas, principalmente durante as atividades de costura. Diz ela:

recordo com prazer ver minha mãe sentada em uma cadeira baixa, em frente de uma almofada de renda, pousada em um estrado onde as escravas trabalhavam (...). As escravas, ali sentadas, faziam renda ou coziam, tendo ao lado o balaio com os utensílios de costura ou pedaços de fazenda com que confeccionavam peças de vestuários. Minha mãe falava-lhes benevolamente, muitas vezes contando-lhes histórias, quase sempre tiradas da bíblia, em que era muito versada (BITTENCOURT, 1992, vol. 1, p. 32-33)<sup>8</sup>.

A costura era uma habilidade indispensável para as mulheres prendadas daquele período. Algumas meninas, já aos sete anos, quando não destinadas ao

---

8 Fazemos todas as ressalvas em relação às memórias de Anna Bittencourt. Assim como qualquer discurso, é também uma construção que teve como referencia um Brasil já pós-escravista. Por outro lado, sua visão tão pouco conflituosa nas relações escravistas, também confirma o ideal de senhoras difundido no Brasil que ela foi educada.

aprendizado das primeiras letras, aplicavam-se a trabalhos manuais: costuras de chãs, bordados e rendas, atividades às quais eram também destinadas as pequenas escravas, que para isso, eram entregues às costureiras da casa ou às agregadas (BITTENCOURT, 1992, vol. 1, p. 27). A sala de jantar era a mesma de costura. Havia ali o estrado, indispensável em todas as casas, no qual, logo pela manhã, achavam-se sentadas as costureiras e rendeiras com as almofadas e os competentes balaios contendo os utensílios de costura e as peças do vestuário em confecção. Esse local, segundo Bittencourt, em outras residências era muito triste porque junto dele estava uma senhora com ar severo sempre a repreender ou castigar a escrava que errava o trabalho. Mas, em sua casa, tornava-se um momento muito aprazível:

As escravas, que nas outras vivendas não ousavam erguer os olhos para a senhora, falavam dessassombradamente à minha mãe, pedindo-lhe explicações sobre qualquer coisa, e ela dava-lhes benevolamente, expressando-se de modo a fazer-se compreender. Se alguma se mostrava indolente ou descuidada, advertia-a sem aspereza (BITTENCOURT, 1992, vol. 1, p. 65).

A caridade de sua mãe estava marcada pela religião que tinha como referência a Virgem Maria, tentava reproduzir a imagem da mulher pura, caridosa e submissa. Com os escravizados domésticos a mãe de Ana Bittencourt, através de preceitos do cristianismo, conseguia manter a disciplina, descritas pela autora, como gentis. Diz ela:

entre os nossos escravos, havia afeições sinceras e espírito de família, o que não se dava com os escravos do cativo bárbaro, onde os sentimentos naturais pareciam asfixiados pelos maus tratos e humilhações (BITTENCOURT, 1992, vol. 1, p. 30).

A mãe de Anna Bittencourt jamais empunhara uma palmatória ou um chicote para castigar seus escravos. Ela atribuíra esse procedimento não somente ao seu bom coração e a ter sido criada em uma casa onde eram os escravos tratados com humanidade, mas, principalmente, à energia do seu caráter, que a levava às convicções inabaláveis, apesar desse comportamento com os escravos acarretar a ela muitas críticas de alguns “espíritos atrasados, até de pessoas de sua família, críticas que ela desprezava soberanamente” (BITTENCOURT, 1992, vol. 1, p. 30). Além disso, como sua mãe era uma mulher letrada, revelava suas influências quando repetia uma frase de Mistress Stowe em *A cabana do Pai Tomás*: ‘tratem-nos como cães, e eles procederão como cães’.

E também cita o Dr. Lino Coutinho que, como vimos, condenava soberanamente o “horror ao papel de carrasco, que algumas senhoras daquele tempo exerciam com garbo, para serem consideradas boas e enérgicas donas de casa” (BITTENCOURT, 1992, vol. 1, p. 32).

Quando nos reporta-se a alguns exemplos de atuações de mulheres no governo de escravizados em grandes plantações na Bahia do século XIX, percebe-se também que, nem sempre o governo de mulheres sobre eles estiveram restritos à casa-grande. Os resultados dessas relações são muito mais variados e complexos do que revelavam os discursos da época. Na ausência dos senhores nos engenhos<sup>9</sup>, permaneciam não apenas os administradores e feitores, mas também mulheres no comando. As senhoras não assumiam a administração de engenhos, lavouras e escravos apenas no estado de viuvez, alguns dos grandes proprietários de escravizados e engenhos da Bahia possuíam mais de uma propriedade, portanto, é possível que mulheres compartilhassem com eles da tarefa de administrar essas propriedades temporariamente, nas ausências constantes de seus consortes ou pais, enquanto esses administravam outras propriedades, ou quando estavam na capital<sup>10</sup>. Por outro lado, muitos desses engenhos ou lavouras, eram de herança das mulheres, advindas de seus pais, tios, avôs e mães, neles muitas senhoras tinham nascido e crescido, e conheciam seus mecanismos de funcionamento em detalhes. Outras, no entanto, mesmo quando viúvas preferiram ou foram pressionadas a aceitarem as tutelas de procuradores, filhos e genros. (REIS ALVES, 2010, p. 46-48)

Podemos citar entre tantas outras, alguns exemplos de senhoras que administraram engenhos quando viúvas.

9 Maria Helena Machado afirma que “o século XIX foi marcado, nas grandes unidades produtivas, sobretudo nas do Oeste paulista, por um crescente absenteísmo dos senhores”(p.87), “afastando-o, até certo ponto, dos problemas disciplinares usuais, tarefa a ser desencumbida pelo feitor, colocava-o mais a salvo das críticas de seus escravos”(p.89) Machado, Maria Helena P. T. Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp.87-90

10 Barickman cita mulheres que administravam escravos também em propriedades produtoras de fumo em São Gonçalo dos Campos, como D. Úrsula Maria das Virgens, que mantinha cinquenta escravos em sua Fazenda da Terra Dura. Segundo o autor alguns senhores nessa região tinham como prática a divisão de seus escravos em várias unidades de tamanho médio, essas também poderiam quem sabe, ser administradas por suas mulheres. Barickman, Bert J. *Um contraponto....* p.247

A Baronesa de Paraguaçu impressionou o visitante alemão Julius Naeher, que viajou pelo Recôncavo baiano entre 1878 e 1881. Ele refere-se a sua admirável personalidade e comando sobre os escravos no engenho Cassarangongo (REIS, 2000). A Baronesa de Itaporocas também assume total controle no processo de inventário dos bens do casal, mesmo com filhos varões adultos e genros, demonstra que conhecia muito de perto os mecanismos de administração do engenho Guaíba, do qual fica no comando até sua morte em 1840 (APEB, Judiciário, Seção Judiciária, Inventário, 01/96/139/01, 1841).

Dentre as mulheres não viúvas que administravam temporariamente engenhos na Bahia citamos D. Maria Augusta Ferrão Argolo. Filha do Barão de Cajaíba. Ainda bastante jovem, e quando a mãe ainda era viva, D. Maria Augusta administrava o Engenho da Cajaíba, em São Francisco do Conde, enquanto o pai permanecia no engenho Itatingui. O pai, no entanto, controlava tudo a distância através de ordens expressas em cartas trocadas entre eles. Informando ao pai sobre suas ordens ela escreve em 1866:

Já dei vossas ordens ao Lopes que tem-se distinguido pela infame bebedeira, traste miserável! mete-se os dias inteiros em casa, e de tarde quando está bem veixado parte para o canavial onde espanca os escravos sem piedade por cara peitos etc é revoltante meu Pai, estou certa que se aqui estivesseis já o teríeis posto a muito na rua!<sup>11</sup>

Em outras cartas deixa transparecer que alguns escravos faziam “corpo mole” para atender suas ordens, principalmente o responsável de enviar e trazer encomendas do Barão. No entanto, ela não faz reclamação sobre os escravos da lavoura, pelo contrário toma suas dores, reprovando os castigos empreendidos pelo feitor. Inclusive, como certamente ela não supervisionava o trabalho do feitor in loco, eram os próprios escravos que demonstrando confiança pela senhora, relatavam as atitudes do feitor. O fato de ter administrado o Engenho Cajaíba na ausência do pai trazia tanta segurança a D. Augusta Argolo que a mesma utiliza isso como argumento para reivindicar na

11 Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção do Judiciário. 01/96/139/02 –1870. Agradeço a Professora Zenaide de Oliveira N. Carneiro pela referência dessas cartas, e também pelas fotos e transcrições que estão na sua tese. Carneiro. Zenaide de Oliveira N. *Cartas brasileiras (1808-1904) – Um estudo lingüístico-filológico*. Campinas: UNICAMP, 2005.

justiça o direito de ser a inventariante dos bens do Barão, em detrimento do seu cunhado<sup>12</sup>.

A portuguesa D. Maria Bárbara, na ausência do marido, administrou o engenho entre 1821 e 1824, apesar de ter dois filhos varões. Ela também reclamava, nas cartas que enviava para seu marido em Portugal, sobre o feitor, dizia: “que negro péssimo é o feitor. Muito te sangrou e a combinação ia adiante, mas eu desfiz-lhe os arranjos dele e dos amigos” (FRANÇA, 1980, p. 54).

Por outro lado, também percebe-se a vulnerabilidade de algumas mulheres no comando dos escravizados<sup>13</sup>, podendo gerar inclusive revoltas. Segundo Reis, em setembro de 1828, explodiu uma revolta no coração da zona canavieira, o Iguape:

Um grupo de escravos do Engenho Novo, propriedade do poderoso coronel Rodrigo Antônio Falcão, após incendiar todas as senzalas, se dirigiu à casa-grande, que foi arrombada e saqueada, seus móveis e outros objetos destruídos. Contavam mais de quarenta. Ali procuravam eles pela senhora que pôde escapar a tempo graças à ajuda de um doméstico. Não tiveram a mesma sorte duas crianças escravas, pardas, de seis e sete anos de idade, que dormiam num dos quartos da casa (...). em seguida assaltaram os engenhos, Campina e o Engenho da Cruz (REIS, 2003, p. 110)<sup>14</sup>.

No mesmo ano os escravos africanos do Engenho do Tanque mataram seu feitor-mor e vários escravos crioulos, e partiram, aqui também, para um ataque à casa-grande. “A mulher do feitor foi espancada pelos rebeldes, mas conseguiria fugir, junto com a senhora, para o vizinho Engenho Santana, ajudada por escravos

12 Já o seu irmão Alexandre Ferrão Argolo, que estudava direito em Recife, enquanto sua irmã ajudava o pai na administração do engenho, não teve muita sorte com os escravos. Foi assassinado em uma revolta que ocorreu no engenho Itatingui, em 1878. Em função desse episódio a Baronesa de Paraguaçu foi tranqüilizada pelos seus escravos que vieram assegurar-lhe sua firme fidelidade e pedir-lhe que não tivesse nenhuma paciência. Apud, Reis, Adriana Dantas. Op. Cit.p. 59

13 No sul dos Estados Unidos Fox-Genovese transcreve algumas considerações feitas por Sarah Gayle, que morava no Alabama entre 1820 e 1830. Esta não achava a supervisão de escravos fácil, especialmente quando John Gayle, seu marido, estava fora de casa. Em uma ocasião ela, como muitas outras mulheres donas de escravos, demonstrou sua profunda impaciência com esta responsabilidade, dizendo: “Eu me desprezava por agüentar as provocações feitas pelos serviçais. Eu poderia passar o resto da minha vida no Norte”. Fox-Genovese, Elizabeth. *Within the Plantation Household, Black and White Women of the Old South*. North Carolina. University of North Carolina Press, 1988. p.22

14 Esses últimos assaltos aos engenhos Campina e Engenho da Cruz, não fazem referências sobre a presença dos senhores ou das senhoras. Sabemos, no entanto, que o engenho Campina era de propriedade de uma mulher.

fiéis, provavelmente crioulos” (REIS, 2003, p. 113). Portanto, a razão imediata para essas revoltas pode ter sido a ausência dos senhores nos Engenhos ou a presença apenas das senhoras.

Num sentido totalmente oposto, com resultados também diferentes, na mesma freguesia de Santiago do Iguape e em período bem próximo, em 1830, uma mulher faz uma grande demonstração de poder. No comando de mais de 100 escravos D. Ana Rita de Menezes, deu ordem para eles invadirem o engenho do Capitão Thomé Pereira que construía uma levada, segundo ela em suas terras. Os escravizados e alguns feitores livres ao serem questionados sobre quem estaria no seu comando responderam que era D. Ana Menezes e que não aceitariam ordens de qualquer outra pessoa. Ela não apenas desafiou o juiz de paz mantendo a ordem dos escravizados continuarem entupindo a levada, como entrou com representação contra ele acusando-o de favorecer ao Capitão Thomé Pereira em seu detrimento, autorizando a dita construção (APEB. Seção Colonial e Provincial, nº2394).

No entanto, ter e governar escravizados, como se sabe, não era um privilégio da elite. Existiam pequenas e médias proprietárias de escravos, libertas ou livres, e muitas dessas senhoras os utilizavam como única fonte de sobrevivência. Na Bahia, por exemplo, sobretudo na cidade de Salvador, várias categorias da sociedade eram proprietárias de escravos. Segundo João José Reis, entre 1800-1850, aproximadamente, 65% das pessoas, cujos bens foram inventariados após a morte em Salvador, eram proprietárias de escravos. E é provável, segundo o autor, que os escravos de Salvador estivessem na maioria em mãos de pequenos escravistas, pessoas com até dez escravos no máximo (REIS, 2003, p. 32).

No que diz respeito às distinções por gênero, em 1835, havia poucas mulheres escravizadas na Bahia, além de serem sempre minoria entre os africanos cativos que aportavam em Salvador (ANDRADE, 1988, p. 120-126), elas eram proporcionalmente mais favorecidas do que os homens na concessão de alforrias, principalmente sem ônus (ANDRADE, 1988, p. 25)<sup>15</sup>.

15 Ver também: MATTOSO, Kátia M. de Queirós, KLEIN, Herbert S. e ENGERMAN, Stanley L. “Notas sobre as tendências e

E apesar de não haver uma diferença muito grande entre escravizadas africanas e crioulas, nos inventários entre 1811 e 1888<sup>16</sup>, praticamente no mesmo período a maioria das libertas era mulata (OLIVEIRA, 1988, p. 23).

As africanas libertas conseguiam mais do que os africanos em mesma condição desenvolver mais bem sucedidas estratégias de sobrevivência em Salvador. A partir da análise de testamentos de libertos na Bahia, entre 1790 e 1890, Oliveira percebe que o número de libertas proprietárias de escravizados é superior aos dos libertos. Entre 1790 e 1850 são 83% de mulheres libertas donas de escravos enquanto o número de homens chega a 72,3%. De 1851 a 1890 entre os homens constam 35,2% de proprietários de escravos, enquanto que para as mulheres representam 57,9% (OLIVEIRA, 1988, p. 41). Ou seja, durante todo século XIX as libertas possuíam sempre mais escravos do que os libertos, e essa diferença é ainda maior na segunda metade do século.

Quanto à preferência da propriedade escrava por sexo, Oliveira percebe que as libertas testadoras do século XIX, na maioria eram senhoras de escravas. Esse padrão se justificava, segundo Oliveira, além do “preço mais acessível das escravas sobre o dos escravos” outros fatores de ordem cultural e pessoal entrava em jogo na decisão em administrar escravas. Afirma a autora:

É bastante claro que para uma mulher era muito mais fácil, em todos os sentidos, controlar escravas do que escravos, sobretudo quando teria que fazê-lo sozinha. Ao mesmo tempo [...] os laços de solidariedade e mesmo de amizade desenvolviam-se entre as mulheres libertas e suas escravas, enquanto vínculos afetivos profundos ligavam-nas às crias (OLIVEIRA, 1988, p. 45-46).<sup>17</sup>

padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”, pp.60-72. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988. Sobre o Rio de Janeiro ver: Faria, Sheila Siqueira de Castro. Op. Cit. p. 129.

16 Segundo Andrade, “a porcentagem média de escravas africanas é de 51,7 % sobre o total de africanos e brasileiras, enquanto o percentual de escravas de origem brasileira é de 48,2% sobre o mesmo total”, Andrade, Maria José Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador (1811-1860)*. pp.118-119.

17 Infelizmente, Oliveira não diferencia bens de mulheres e de homens tomando como referência o fato de serem casados ou não. Acredito que essa variável representa uma grande diferença no resultado dos dados, pois alguns homens admitem que os seus bens vieram de suas mulheres, ou elas mesmas assumem que adquiriram bens por sua próprio trabalho ou indústria, enquanto que em outros vieram do casal ou do homem.

Para Oliveira ainda se justificaria a escolha de escravas

em função da necessidade de suprir os serviços da casa (o que justificaria a presença de escravas entre os testadores do sexo masculino, especificamente entre solteiros e viúvos) e de auxiliar a proprietária em suas atividades ocupacionais. As quituteiras, vendeiras e ganhadeiras, mencionam constantemente a ajuda que nestes misteres lhes prestavam suas escravas (OLIVEIRA, 1988, p. 45).

Sobre o Rio de Janeiro e São João Del Rei, entre os séculos XVIII e XIX, Sheila Faria analisou relações semelhantes entre as pretas minas forras e seus escravos. Assim como a Bahia e outras regiões do Brasil e das Américas (BARICKMAN, s/d, p.172), as mulheres representavam a maioria dos que tinham acesso às cartas de alforria nessas regiões<sup>18</sup>:

as mulheres foram maioria entre os alforriados em todos os grupos, com exceção dos nascidos na África oriental (Moçambique), em que os homens eram 61%. Entretanto, tiveram que pagar mais por suas alforrias, em relação aos homens de seus mesmos “grupos”. Entre as minas, 75%, no século XVIII, e 62%, no século XIX, conseguiram, de alguma forma, acumular pecúlio para pagar por sua liberdade (FARIA, 2004, p.129).

Questionando o padrão estabelecido pela historiografia na representação das mulheres negras e suas descendentes vistas apenas como pobres, Faria percebe que as “mulheres forras eram privilegiadas no acesso a alguma forma de acumular pecúlio” (FARIA, 2004, p.168)<sup>19</sup>. As africanas minas representavam a “elite econômica do comércio a retalho”, dominavam o pequeno comércio de alimentos e miudezas no Rio de Janeiro no século XVIII e XIX, assim, conseguiam acumular pecúlio considerável, a ponto de comprarem suas alforrias ou de familiares e deixarem testamentos (FARIA, 2004, p.146). As minas forras, inclusive, aparecem na documentação pesquisada por Faria com uma quantidade significativa de escravos. No Rio de Janeiro, entre 1707 e 1812, dos homens forros, 79% tinham escravos, entre as mulheres forras, 81% eram escravistas. Em São João Del Rey, das testadoras forras analisadas por Faria, 65% declararam a propriedade de escravos. Entre os forros, somente 29% tinham cativos (FARIA, 2004, p.161).

A maioria das senhoras forras escravistas no Rio de Janeiro investiam também, como na Bahia, em posses

18 A facilidade do acesso a alforrias por mulheres, aliás não é um fenômeno do Brasil, mas das Américas.

111 Sheila Faria discute principalmente com Maria Odila Dias e Luciano Figueiredo. Ver também: Faria, Sheila Siqueira Castro. “Mulheres forras – riqueza e estigma social” In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 9, jul. 2000. 7 Letras, 2000. pp.92.

de escravizadas, e principalmente africanas. Segundo Sheila Faria, essa escolha não era apenas porque eram as mulheres mais baratas, mas estava “de acordo com as atividades realizadas, no Brasil, por negras da zona urbana” (FARIA, 2004, p.199). Como os forros desenvolviam geralmente tarefas manuais procuravam ampliar essas atividades com a utilização de familiares e de escravos, visando “acumular pecúlio com trabalho conjugado” (FARIA, 2004, p.162). Ou seja, ter escravas mulheres que poderiam exercer atividades de vendeiras ou serem alugadas para atividades domésticas variadas daria mais lucro. “Formavam com elas unidades domésticas que incluía dominação, solidariedade e, por que não, influência” (FARIA, 2004, p.201). As senhoras forras do Rio de Janeiro também desenvolviam variadas formas de solidariedade com suas escravas, constituindo verdadeiras “comunidades femininas negras”, deixando, inclusive, suas escravas ou ex-escravas e seus descendentes como herdeiros de seus bens em testamento<sup>20</sup> (SOARES, 2005).

Mas não era apenas na área urbana que existiam pequenas proprietárias de escravos. Tomando como referência Santiago do Iguape, uma região altamente escravista e de grandes propriedades açucareiras, e São Gonçalo dos Campos, região produtora de fumo, Barickman percebe, através do censo de 1835, que existia uma grande proporção de mulheres pardas, pretas e cabras nascidas livres, como chefes de domicílio, proporcionalmente bem superior ao número de libertas africanas (BARICKMAN, s/d, p.184). Algumas dessas mulheres, sobretudo as pardas livres, possuíam uma quantidade razoável de escravos inclusive homens (BARICKMAN, s/d, p.188), sobretudo as de São Gonçalo dos Campos. Entre

20 As minas libertas do Rio de Janeiro no século XIX, também aparecem na nos registros da Casa de Detenção e nos anúncios de fugas pesquisados por Carlos Eugênio Soares. Nessa documentação o mesmo padrão encontrado por Faria nos inventários se confirma. As minas, que Soares chama de afro-baianas, controlavam o comércio ambulante urbano e foram descritas pelos viajantes como poderosas altivas, cheias de si, comportamento que talvez não tivesse associado diretamente a origem africana, mas ao fato de serem mulheres que tinham um certo poder, dignidade, e uma sobrevivência mais bem sucedida que outras. Soares, Carlos Eugênio L. “A “nação” da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900” In: Soares, Carlos Eugênio Líbano; Gomes, Flávio Santos; Farias, Juliana Barreto. No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. pp.209-263

muitas outras variáveis analisadas pelo autor, comparando as duas regiões ele constata que em São Gonçalo dos Campos as mulheres pardas, cabras e pretas livres, conseguiam desenvolver melhores estratégias de sobrevivência através da agricultura familiar e outras atividades, do que aquelas que viviam na região do Iguape (BARICKMAN, s/d, p.185).

Como vimos, apesar de não aparecerem explicitamente nos principais debates da elite política do período pós-Independência, que se reportavam principalmente a grande produção, as mulheres apareciam nos discursos que tentavam conciliar escravidão e civilização. Estabelecer padrões de comportamento para as mulheres da elite, tomando como base sua atividade como domésticas significava, entre outras coisas, tocar nas relações escravistas desenvolvidas dentro das casas. No entanto, nem sempre o discurso patriarcal deu conta das complexas relações de poder estabelecidas entre senhores(as) e escravizados(as). O senhor ausente, tanto poderia significar facilidade para senhoras controlarem os escravizados, quanto poderia também gerar revoltas. Os discursos que também ressaltavam a imoralidade e sensualidade das africanas ou crioulas, tanto confirmam a sua vulnerabilidade em se tornarem alvo de agressões sexuais dos seus senhores, como também poderia “beneficiá-las”, como por exemplo, na aquisição de alforria para si e sua prole, a depender das circunstâncias e de infinitas outras variáveis. Já a relação das senhoras brancas com suas escravizadas iam das mais próximas como cita Ana Bittencourt às mais violentas como as descritas pelos viajantes estrangeiros.

Enfim, o que definia em última instância os destinos de escravizados(as) e senhores(as)? Certamente, não era seguir o que ensinavam os manuais, mas principalmente, além das variadas estratégias de controle e de sobrevivência, do “olho no olho”, das palavras de ordem, do tom de voz e do jeito de corpo, estava a forma como cada um manipulava as normas e tiravam proveito dos mesmos discursos que inferiorizavam uns e exaltavam outros. Esses homens e mulheres dividiam as rotinas das casas, das ruas e das lavouras cotidianamente, e nem mesmo os manuais mais modernos poderiam prever ações e reações. Para manter o controle sobre as escravizadas, as senhoras lançavam mão de infinitas percepções, inclusive das

diferenças de gênero. Por isso, entendemos que o discurso patriarcal que inferiorizava e naturalizava os papéis femininos naquela sociedade pode ter tido um efeito paradoxal<sup>21</sup>. As mulheres, consideradas inferiores e incapazes, quando escravizadas e dialogando em torno desse mesmo discurso, desenvolveram várias estratégias de sobrevivência bem sucedidas, “beneficiadas” muitas vezes, mais do que os homens escravizados<sup>22</sup>. Quando libertas muitas continuavam também mais do que os libertos, adquirindo bens, inclusive posses de escravizados. A escravizada triplamente oprimida e estigmatizada, por ser escrava, mulher e negra, na prática forjou outros destinos para si e sua eventual prole. Tampouco as senhoras brancas eram sempre malvadas e restritas aos controles da economia da casa e o governo dos escravos domésticos. Paradoxal também foi o mesmo discurso que construiu a esposa e a dona de casa civilizadas e que pensou num governo de escravos “sem violência”, enquanto as relações entre senhoras negras e suas escravizadas nem sempre estabeleciam laços de sociabilidade entre si, e também poderiam ser eivados pela violência (SANTOS, 1991, p.35-46). Um discurso que pretendia conciliar o inconciliável: escravidão e civilização, humanidade e poder, moral e trabalho compulsório, foi surpreendido constantemente por saídas possíveis.

## Referências

- ALENCAR, José de. *O Trôncio do Ipê e outros*. Rio de Janeiro, Editora Globo, s/d.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]; CNPq, 1988. pp.129-131.

<sup>21</sup> Essa reflexão sobre paradoxo do patriarcado foi inspirada no texto de Joan Scott. O Enigma da Igualdade, In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

<sup>22</sup> Essa interpretação está inspirada no texto de Natalie Davis, no seu texto “As mulheres por cima”, que relata situações e discursos que inferiorizavam mulheres na prática poderiam ser invertidos e tornarem-se “favoráveis” a elas. (DAVIS, 1990, p. 107). Ou seja, “paradoxalmente, o mesmo discurso que construiu a ideia da mulher negra desregrada, acabou abrindo brechas para as conquistas de algumas vantagens significativas para si e sua prole” (REIS ALVES, 2010, p. 01)

- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BARICKMAN, Bert J., e Few, Martha. Ana Paulina de Queirós, Joaquina da Costa, and Their Neighbord: Fre woman of color as household heads in Rural Bahia (Brazil), 1835 In: Beyond Bondage Free women of color in the américas. University of Illinois Press.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro Góis. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.2v.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira N. *Cartas brasileiras (1808-1904) – Um estudo lingüístico-filológico*. Campinas: UNICAMP, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 1998.
- \_\_\_\_\_. “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”, In: *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 41-78.
- COSTA, Suely Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico. (Rio de Janeiro, século XIX) – Niterói: [s.n.], 1996*. 2v Tese doutorado – Universidade Federal Fluminense.
- \_\_\_\_\_. “Entre práticas escravistas e caritativas, transformações da gestualidade feminina”. In: *Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG – v. 1, n.1 (2. sem. 2000) – Niterói: EdUFF, 2000*. pp.57-63.
- CLINTON, Catherine. *The Plantation Mistress, woman’s world in the old south*. New York, Pantheon Books, 1982.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. São Paulo, Paz e Terra, 2ª edição, 2001
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FARIA, Sheila Siqueira Castro. “Mulheres forras – riqueza e estigma social” In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 9, jul. 2000. 7 Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sinhás Pretas, Damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey ( 1700-1850)*. Niterói, (Tese apresentada para concurso para Professor Titular em História do Brasil). Universidade Federal Fluminense, 2004.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Within the Plantation Household, Black and White Women of the Old South*. North Carolina. University of North Carolina Press, 1988.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006
- FRANÇA, Antônio d’Oliveira Pinto (Org.). *Cartas baianas, 1821-1824: subsídios para o estudo dos problemas da opção na Independência brasileira*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Núcleo Editorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo. Círculo do Livro, s/d..
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Bahia no século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999
- \_\_\_\_\_. *Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós, KLEIN, Herbert S. e ENGERMAN, Stanley L. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”, pp.60-72. In: REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *O Libertos: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988
- PENA, Eduardo Spiller. “Um romanista entre a escravidão e a liberdade”. N. 18, *Afro-Ásia*, 33-75,

1996.

REIS, Adriana Dantas. *Cora, lições de comportamento feminino na Bahia oitocentista*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. “Malvadas ou redentoras: a representação da senhora de escravos (Bahia, século XIX)”, In: *Humanas Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia*. UEFS, Ano 1, n. 1 (jan./jum. 2002). Feira de Santana:UEFS, 2002.

\_\_\_\_\_. “As mulheres negras por cima: o caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, 1780-1830”. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, departamento de História, 2010.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 32

SANTOS, Jocélio Teles dos. “Ex-escrava proprietária de escrava: um caso de sevícia na Bahia do século XIX”, In: *Cadernos de campo*, nº 1, 1991, pp. 35-46.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade, In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

SILVA, Maciel Henrique C. da. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX. 1840-1870*. Recife. Ed. Universitária da UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, Salvador, EDUNEB, 2007.

\_\_\_\_\_. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, In: *Afro-Ásia*, nº17, 1996, pp. 57-71.

SOARES, Carlos Eugênio L. “A “nação” da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900” In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio Santos; FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*: Arquivo Nacional, 2005. pp.209-263.

SOIHET, Rachel. “A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX”, In: Matos, Maria Izilda Santos de, e Soihet, Rachel

(Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. pp.177-197.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

XAVIER, Giovana; BARRETO, J. e GOMES, F. (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e pós-abolição*. São Paulo, Selo Negro, 2012.